

---

PEDAGOGIA

---

**TICIANA CARLA HENRIQUE**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE  
ENSINO: UMA PERSPECTIVA DE  
RESPEITO ÀS DIFERENÇAS E  
DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO**



Rio Claro  
2009

TICIANA CARLA HENRIQUE

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: UMA PERSPECTIVA  
DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS E DESCONSTRUÇÃO DO  
PRECONCEITO

Orientador: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> CÉLIA REGINA ROSSI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Biociências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -  
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de  
Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro  
2009

371.9 Henrique, Ticiana Carla  
H519i A inclusão de crianças com necessidades educacionais  
especiais na rede regular de ensino em uma perspectiva de  
respeito às diferenças e desconstrução do preconceito /  
Ticiana Carla Henrique. - Rio Claro: [s.n.], 2009  
40 f. : il.

Trabalho de conclusão (licenciatura – Pedagogia) –  
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de  
Rio Claro

Orientador: Célia Regina Rossi

1. Educação especial. 2. Escola inclusiva. 3. Diversidade  
humana. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP

Campus de Rio C

Dedico este trabalho a meus pais que sempre me incentivaram, auxiliaram e foram meus melhores exemplos.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus por Suas bênçãos sem fim, pela vida, pela inteligência e perseverança para realizar esse trabalho.

A minha avó Maria Irene, que sempre me apoiou, mesmo não conseguindo ver a conclusão desse projeto.

A minhas irmãs Tatiana e Taiana pela paciência e pelo auxílio na realização desse projeto e a meus cunhados Fábio, Bruno e Franceli pelo apoio e dicas.

A meu namorado, Adriano, por sua paciência e dedicação para comigo e por seu incentivo em todos os projetos que me proponho a realizar.

Preciso agradecer também a todos os professores do curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo apoio, exemplo e pelos excelentes momentos que vivenciei dentro da Universidade. Assim também como a todos os amigos da turma de 2005 pelo convívio e a troca diária de experiências, principalmente às amigas Caroline, Eliana, Elidiane, Flávia e Joice.

Agradeço de forma especial a Prof. Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Rossi, por sua orientação, disposição e presença na construção desse trabalho, sem o seu auxílio não seria possível chegar ao final dessa etapa.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A LEGISLAÇÃO E A INCLUSÃO.....	9
3. PRECONCEITOS E INCLUSÃO: CAMINHOS CONTRÁRIOS.....	14
4. EDUCAÇÃO INFANTIL DENTRO DA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.....	23
5. A INCLUSÃO E A SOCIEDADE.....	29
6. CONCLUSÃO.....	36
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

## Introdução

O Brasil, nas últimas décadas, tem assistido uma transformação nas instituições escolares que é resultado de leis elaboradas para atender a discussões sobre um assunto que por muito tempo pareceu apenas uma utopia: inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. E esse movimento de inclusão representa uma luta contra a exclusão escolar e social que durante muito tempo fez parte da realidade educacional brasileira.

A Declaração de Salamanca (1994) se destaca entre as iniciativas de políticas públicas que se debruçaram sobre este tema, e após ela, o Brasil realmente validou preceitos da Constituição Federal de 1988, através de leis específicas dentro da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, nas mesmas salas que as demais crianças e não mais em salas separadas.

E finalmente as crianças com alguma diferença marcadamente especial deixaram de ser segregadas em instituições separadas de ensino e ganharam o direito de frequentar e participar da vida escolar da rede regular de ensino.

Segundo o Referencial Nacional Curricular de Educação Infantil:

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino parte do pressuposto da própria natureza da escola comum, segundo a qual todos os meninos e meninas de uma comunidade têm o direito de estudar juntos na mesma escola. É importante ressaltar que a escola não pode pedir requisitos, não pode selecionar as crianças para realizar a matrícula. (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, 2000, p. 23).

Porém, o ensino inclusivo aconteceu de forma repentina, e mesmo oferecendo benefícios imensos a todas as crianças e também a sociedade que ganha com a construção de cidadãos com mais ética, sem preconceitos e que saibam viver e

respeitar as diferenças, ele chegou a escola de forma muito rápida e muitas não tiveram condições de se adaptar e hoje, décadas depois das leis ainda assistimos um processo de construção da escola inclusiva e para todos. E ainda demandará tempo para que ela se torne uma realidade.

A instituição escolar começa a ser desafiada a se modificar, pois a inclusão escolar envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, tornando-a mais responsiva às necessidades dos alunos que, comumente, não estão sendo beneficiados com a escolarização e não apenas dos que são percebidos como apresentando alguma diferença. (MARTINS, 2006, p.17)

E a escola então é que deve ser modificada para oferecer um ensino de qualidade e que consiga dar conta de todos os seus educandos independentemente de suas singularidades. Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil: “Escola inclusiva é aquela ligada à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência”. (2000, p. 23).

Para isso é defendido o ensino diferenciado e o investimento na peça chave da inclusão: o professor. Com uma formação inicial e continuada de qualidade, o educador estará mais apto a oferecer a seus alunos um ensino inclusivo e voltado para o respeito às diferenças, uma vez que o educador que sempre trabalhou em classes sem crianças com necessidades educacionais especiais e que não teve nenhuma capacitação anterior, pode não saber o que fazer quando se deparar com alunos com necessidades educativas especiais.

A escola para todos é um desafio muito grande e de imensa importância, pois isso significa que a instituição deve acolher todas as crianças independente das suas condições “físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras”. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17).

Para atingir esse patamar, é primordial que a escola invista em mudanças nas suas estruturas, para ser um espaço acolhedor, que realmente proporcione uma construção do convívio sem preconceitos e estereótipos.

O movimento da educação inclusiva faz aflorar a defesa dos direitos humanos, uma nova visão de educação contrária à idéia de tolerância e mera aceitação das diferenças, mas que afirma o valor da pessoa. (DUTRA, 2000, p. 76).

A escola inclusiva visa trabalhar o respeito, de modo a construir olhares sem preconceito e desconstruir falsas verdades construídas ao longo dos anos sobre crianças com necessidades educacionais especiais. Nesse objetivo, a escola precisa acabar com o sentimento de tolerância e aceitação ao diferente e substituir estes sentimentos pelo respeito ao ser humano na sua diversidade.

Através da escola para todos, a sociedade pode ser também um espaço da verdadeira cidadania, no qual o coletivo esteja em primeiro plano, valorizando o acesso a todos de participar ativamente de sua comunidade independentemente de suas singularidades.

A importância desse ensino inclusivo já na base da educação escolar, ou seja, na educação infantil que contempla dos zero a cinco anos é essencial para o sucesso do processo de inclusão, pois é a fase em que a criança está se desenvolvendo como um todo e dessa forma o respeito e o auxílio entre elas é importante para todas e elas ainda estão construindo seus valores.

Os valores construídos desde os primeiros anos de vida significarão alicerce sólido na continuação da vida não só escolar, mas da vida em comunidade como cidadão.

## Capítulo I:

### **A legislação e a Inclusão**

As crianças com necessidades educacionais especiais passaram há algum tempo atrás por períodos de total desrespeito, exclusão e preconceito, excluídas do convívio normal na comunidade e mesmo com as demais crianças, convívio este que ocorria principalmente dentro da escola regular, a qual não eram permitidas de participar das atividades acadêmicas oferecidas as crianças.

No passado, algumas crianças e até adultos eram excluídos do convívio, das salas de aula, das comunidades, pois eram considerados uma ameaça a comunidade, ao desafiá-la a conviver com a diferença. O motivo dessa segregação era principalmente o controle, elas fugiam ao controle proposto dentro da escola, era necessário a aprendizagem de outras formas de controle dentro da escola, que não se implicava nesta aprendizagem.

Quando acontecem grandes mudanças nas sociedades o desejo de controle sobre os alunos aumenta, pois isso é considerado essencial pra a criação de força de trabalho alfabetizada e disciplinada. Como exemplo, podemos lembrar do final do século XIX e início do XX quando os Estados Unidos estavam passando por uma transformação de sua base econômica de agrícola para industrial.

Nesta época os alunos com alguma deficiência eram encarcerados, pois eram vistos como obstáculos para o bom funcionamento das salas de aula, e para que fossem separados dos demais, sem violar o direito à educação era estabelecido para eles, escolas especiais. (STAINBACK & STAINBACK, 1998, p. 28).

No Brasil também podemos verificar tais acontecimentos ao buscarmos na história, épocas em que a segregação de pessoas com necessidades educativas especiais acontecia na sociedade, a solução adequada naquele período histórico para o bom funcionamento da escola regular, era a segregação e exclusão, de pessoas com necessidades especiais.

Entre tantos acontecimentos, leis, transformações de políticas públicas no mundo com relação à educação de pessoas com necessidades especiais, chegamos em 1994, onde na Espanha, na cidade de Salamanca, no período de sete a dez de junho aconteceu uma conferência que aprovou a Declaração de Salamanca, com princípios, política e prática das necessidades educativas especiais, assim como foi aprovada uma linha de ação para os países que ali estiveram. Esses documentos se basearam na necessidade de se conseguir escolas para todos, isto é, instituições que incluam todo mundo “independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras”. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17).

Essa conferência culminou em uma declaração para políticas públicas educacionais de todos os países envolvidos na conferência, que favorecia a educação integrada e permitia a matrícula de todas as crianças nas escolas regulares de ensino, a menos que existissem razões maiores para o contrário. Para que essa política desse resultado, constava na discussão também a integração e inclusão de pais e de pessoas com necessidades educacionais especiais nos grupos de tomada de decisão, para que essa troca de experiências pudesse ajudar e atender as necessidades de cada aluno dentro da escola. Assim surge o princípio de educação para todos.

Em outras palavras, essa integração e inclusão visava que o processo fosse muito bem implementado, não sendo elaborado apenas por pessoas que não viviam a realidade da deficiência, ou não convivessem com ela.

A inclusão de pais e alunos com necessidades especiais daria um novo rumo, chegando o mais próximo possível da escola que se almejava, escola para todos.

A declaração de Salamanca (1994) abrangia ainda a formação inicial de professores e também continuada, para que estes fossem capazes de trabalhar e atender as necessidades especiais particulares de cada aluno. Esse professor precisaria ser capaz de trabalhar com as diferenças e respeitá-las, mediando este princípio a todos os seus alunos.

Essa declaração abriu portas para que se debatesse com mais cuidado a questão da inclusão, esse tema passou a ser estudado por muitos pesquisadores, e por políticas públicas de educação, e aumentou-se com isso o leque de informações científicas sobre o tema.

A declaração de Salamanca, firmada em 1994, nesse contexto, exerceu profícuo efeito sobre debates acerca de algumas questões essenciais da vida coletiva humana, promovendo buscas de alternativas de cumprimento da proposta de ensino de qualidade para todos, independente das mais variadas condições diferenciadas do alunato (OMOTE, 2004, p.2).

Essa abertura para discussões sobre a inclusão foi muito importante, pois a algumas décadas atrás, os educadores tinham a crença de que questões sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, deveriam ser discutidas por profissionais especialistas nessa área (OMOTE, 2004, p. 2) e a declaração de Salamanca, dentre outras iniciativas, abriu portas para que os educadores se interessassem e se empenhassem, em discutir sobre inclusão.

Com o amadurecimento das leis e a conscientização de que essas crianças têm muito a oferecer, a ensinar, a aprender e principalmente a compartilhar com toda sociedade assistimos a um processo de inclusão delas na rede regular de ensino básico, que apesar do grande avanço, foram implementadas com equívocos, dificuldades e no Brasil, com falta de formação tanto contínua, como inicial dos professores.

Para que a inclusão escolar aconteça é fundamental o desenvolvimento de programas de formação de professores, a elaboração e implementação de projetos pedagógicos fundamentados na concepção de construção de conhecimentos, o acesso a informações e experiências no âmbito da gestão escolar com a participação da comunidade e a inovação de práticas de sala de aula. Assim, a proposta de educação inclusiva estará promovendo a participação e aprendizagem e gerando oportunidades para construir valores inclusivos na escola. (DUTRA, 2006, p. 70).

No Brasil, primeiro ocorreram as leis que garantem o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, e posteriormente uma preocupação em oferecer subsídios para que o professor consiga trabalhar de forma eficiente e oferecer a esses alunos um ensino de qualidade. Isso fez com que a verdadeira formação do professor para atender a escola inclusiva demorasse um tempo para que começasse a ser observada em ação nas salas de aula.

Em 1996, o Brasil passou a contar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – e as crianças com necessidades educativas especiais encontraram nela um reforço legal, para garantir sua entrada em escolas regulares de ensino.

Segundo a LDB, a educação básica compreende a educação infantil, a educação fundamental e o ensino médio. Sendo assim, já nos primeiros anos de vida, a criança especial tem o direito de participar da vida escolar regular, para desfrutar do que ela pode oferecer. Segundo o artigo 22 da LDB “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (LDB, 1996).

Ainda na LDB (1996) o artigo 58 diz que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (LDB). Nota-se que a lei apresenta o termo “preferencialmente na rede regular de ensino”.

Salvo alguns casos que exige um acompanhamento especializado, as crianças com necessidades educacionais especiais estarão frequentando a escola comum, com todos os direitos de usufruir o que a lei coloca como finalidade da educação básica.

Ainda na LDB garante no artigo 58, inciso primeiro “haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.

As escolas regulares, com a inclusão deveriam receber todas as crianças indistintamente, e aquelas que por alguma razão precisassem de um acompanhamento individual, receberiam esse benefício em conjunto com a escola, ou seja, não frequentaria apenas uma escola com educação especial, ou seria colocada em uma sala especial dentro da escola regular, e sim receberia esse acompanhamento frequentando as salas normais, chamado de ensino integrado, onde vários profissionais se unem em cooperação em prol aprendizado e desenvolvimento global da criança.

Mas só a mudança de legislação, não garante o bem estar da criança dentro da escola. As instituições escolares precisam ser adaptadas para recebê-las, todos os profissionais da escola envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da criança,

precisam ter uma formação que contemple estes alunos problematizando, discutindo, refletindo e gerenciando situações de preconceitos dentro da escola, afinal nas instituições de ensino é preciso uma ação coletiva de mudanças para atender as diferenças.

Inserir a criança com necessidades educacionais especiais na escola foi um grande desafio, porém, uma vez alcançado nos deparamos com um desafio ainda maior: manter essa criança nas instituições educacionais garantindo a ela o aprendizado com qualidade e respeito às diferenças que cada um possui.

A escola precisa estar realmente preparada para trabalhar com a diferença, fazendo disso um processo político pedagógico, uma vez que cada aluno apresenta necessidades individuais, e a sala de aula não é homogênea. Aprendizado de qualidade significa discutir com toda a comunidade escolar a inclusão.

É preciso trabalhar com o professor para que não exclua as crianças com necessidades educacionais especiais, e trabalhe no sentido de evitar os rótulos, sendo assim ele pode ensinar pelo exemplo as demais crianças a conviver e respeitar as diferenças umas das outras, exercitando a cooperação e a tolerância entre elas.

Em uma sociedade cada vez mais diversificada, o ensino inclusivo ensina os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes. Colocar os alunos com deficiência em escolas especiais impede essa socialização benéfica e transmite uma mensagem destrutiva de intolerância. (STAINBACK & STAINBACK 1999, p. 29).

Desta forma unindo políticas públicas, instituição escolar, alunos, pais e comunidade a escola descrita na Declaração de Salamanca, pode tomar seu rumo e dia a dia ser construída.

## Capítulo II

### **Preconceito e Inclusão: caminhos contrários**

A convivência das crianças com necessidades educacionais especiais na escola normal traz diversos benefícios não só para elas, mas também para todas as outras crianças, pais, professores, funcionários da escola e até para a comunidade que colhe os frutos dos ensinamentos escolares.

É preciso acabar com o rótulo de que essas crianças não podem desenvolver atividade alguma como as demais e principalmente desconstruir a crença de que elas precisam conviver somente com outros que tem a mesma dificuldade, justificando esse ato com o discurso de que isso traz entre eles igualdade.

As crianças que apresentam alguma dificuldade podem realizar diversas atividades junto com as outras crianças de sua sala de aula e de sua escola. As dificuldades no desempenho de algumas atividades podem existir e algumas delas podem ser de difícil realização para crianças com singularidades. Isso deve ficar muito claro para todas as crianças, por que a intenção da inclusão não é esconder a deficiência ou negá-la e sim mostrar que todas as pessoas tem diferenças e é por meio do convívio que elas aparecem, e sabemos como proceder, entender, respeitar e refletir para buscar caminhos todos juntos. Isso pode proporcionar grandes aprendizados como respeito às limitações de cada um e do outro, superação das limitações que podem ser ultrapassadas, fortalecimento da amizade, ajuda, união e cooperação entre as crianças.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 23) já trazia o princípio de que nas escolas integradoras “todas as crianças devem aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças”.

Crianças que tem todas as condições para estar em escolas regulares e não estão, por que estão cerceadas em classes, escolas especiais, saem delas despreparadas para comunidade, com muito mais estranhamento, dificuldades e

limitações, por não vivenciarem no seu desenvolvimento, já nos primeiros anos de vida, um convívio diverso, o mais parecido possível com a realidade que será vivenciada na sociedade.

As crianças de escolas e classes especiais estão acostumadas com o ritmo de crianças que apresentam as mesmas dificuldades que elas, e por esse motivo não são contempladas com a oportunidade de interagir com as diferenças e dessa forma aprender e ensinar no convívio com diversas crianças.

Em geral, os locais segregados são prejudiciais porque alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem, afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo “real”. Igualmente importante, seus pares e também os professores aprendem como agir e interagir com eles. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.25).

Essa segregação acabava por ser prejudicial não só na escola, mas também na vida em comunidade, com adultos sem respeito às diferenças e com pessoas com necessidades especiais com medo do convívio público.

Com a cultura de algumas décadas atrás na qual as crianças com necessidades especiais freqüentavam escolas separadas e até ambientes separados uma vez que algumas famílias evitavam sair com essas crianças, talvez por falta de informação, talvez por medo do olhar preconceituoso de toda uma sociedade, criou-se um preconceito muito forte que às vezes era disfarçado pela obrigação de ser “politicamente correto”, mas que na verdade existia. Esse preconceito era tão forte, que se acreditava que era possível “pegar” a deficiência de outras pessoas pelo convívio, como se fosse algo contagioso (AMARAL, 1998, p. 16-17). Essa crença construída na sociedade pela falta de conhecimento e respeito sobre as diferenças acabava por excluir pessoas do convívio social por medo do olhar que a sociedade dispensava sobre eles e culminou no fato de que hoje existem muitos adultos com necessidades educacionais especiais analfabetos, que não tem nem a educação básica. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 25).

Muitas pessoas olhavam essas crianças como “coitadinhas”, e com isso ofereciam a elas uma superproteção como se fossem incapazes de realizar atividades com autonomia enquanto outras a olhavam como que indignas de freqüentar os mesmos espaços dos considerados socialmente “normais”. A segregação era justificada pela vontade de oferecer atendimento especializado para essas crianças, mas que na verdade disfarçava a insatisfação da sociedade em respeitar e conviver com as singularidades de cada um e a desqualificação da escola regular em trabalhar com a diversidade humana.

A verdade é que a escola e a sociedade que impedia o convívio social de todas as crianças acabavam por formar adultos preconceituosos ou que sentiam estranhamento ou até certo incômodo quando se deparavam com alguma pessoa especial, não sabiam o que fazer como tratar, enfim não sabiam conviver e respeitar as diferenças.

A sociedade preconceituosa sentia um desconforto quando se deparava com pessoas com diferenças visivelmente, e dessa forma era comum rotular os deficientes com estereótipos ou então tentar minimizar a condição que causava estranhamento compensando a limitação com uma qualidade como, por exemplo, atribuir a uma pessoa surda uma ótima visão. Assim era negada a limitação tentando deixar mais agradável o convívio com pessoas preconceituosas.

Com a implementação de políticas públicas voltadas a inclusão, essa realidade pode ser diferente de verdade e não só de fachada para agradar a alguns, uma vez que hoje se vê uma massa que defende a igualdade de tratamento e repudia qualquer forma de discriminação, tanto que já foram criadas leis que punem qualquer tipo de preconceito. Mas na verdade vemos que esse preconceito ainda existe, mas fica um pouco mascarado, por medo de que um ato preconceituoso possa trazer a seu autor problemas tanto legais como sociais.

A violência do preconceito está em negar, mesmo que internamente a existência do outro, é querer que o outro não exista aos olhos do indivíduo preconceituoso, e com essa visão, transmitir esse pensamento para suas ações concretas. De acordo com Itani (1998, p. 128) “a violência do preconceito não está na diferença que realizamos mentalmente, mas na forma como agimos com base nessa noção”.

O preconceito e a exclusão são valores que ainda estão sendo construídos na criança através do exemplo oferecido pelo meio em que está inserida. Por outro lado, o respeito a todas as diferenças também está passível de ser construído nas crianças ao invés dos sentimentos de preconceito e exclusão e dessa forma conseguir que elas convivem juntas e aprendem que ter uma diferença especial não significa que elas não podem ter um convívio normal onde aprendam a se ajudar em qualquer dificuldade que encontrem.

O preconceito é muito mais presente no olhar do adulto, e dentro de uma escola isso significa os professores, diretores, pais e funcionários. É o olhar do adulto que está presente na comunidade, na família, na escola, na mídia que pelo exemplo vai construindo para a criança a idéia de que algumas pessoas são melhores que outras, e elas ouvindo comentários ou vivendo atividades dentro das escolas e da comunidade preconceituosas vão aos poucos formando sua opinião. Esse fator é resultado de décadas de educação segregadora, de anos e anos de separação entre os considerados “normais” e os que precisavam na opinião da sociedade de educação especial.

Todo esse ambiente de segregação contribuiu para que hoje sejam as crianças, dentro de uma educação voltada a todos, a educação inclusiva, que estejam construindo formas, maneiras de atuar na comunidade.

A inclusão traz a oportunidade de mostrar que essas crianças não só se desenvolvem com o convívio com as demais, mas que também tem diferenças, mas que apesar delas, podem ensinar, construir interações, e podem participar de todo o processo escolar que passam todos os alunos, na medida em que um currículo adaptado pela equipe escolar seja elaborado, de acordo com as necessidades especiais da criança em questão, pode possibilitar inúmeros avanços escolares e sociais, mediando alunos com diferenças, mas autônomos e críticos.

E esse processo pode ser muito importante para que daqui a alguns anos possamos sentir a diferença com a desconstrução do preconceito verdadeiramente e não só na aparência.

As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras,

construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo sistema educativo. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 13).

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é que a escola regular é estruturada para oferecer a educação que foi socialmente construída como indispensável, para a vida e que a inclusão garante a todos o acesso a esse conhecimento, o que significa que em tese no que depender dos ensinamentos da escola todas as crianças terão a oportunidade de entrar em contato com esse conhecimento. Não só o conhecimento necessário para ingressar no nível superior, como muitas vezes é priorizado erroneamente na escola, mas os conhecimentos para o convívio na sociedade, dentro de preceitos éticos e de cidadãos comprometidos com o outro.

A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral. (MANTOAN, 2006, p.027).

O convívio dentro da escola pode oferecer às crianças a oportunidade de entender que todos têm diferenças. A criança com necessidades educativas especiais não precisam participar do que não podem, pois com isso estar-se-ia negando a sua dificuldade, mas o que ela precisa é participar ativamente do que tem condições e compreender que pode ajudar em atividades que não pode realizar de outra forma que também pode ser muito importante.

Quem cria essas oportunidades é o professor que tem em suas mãos a autonomia de desenvolver o maior número possível de atividades que possa ser realizadas por todos. Porém em escolas regulares, várias atividades acabam sendo de difícil realização por crianças com limitações físicas, isto não significa que as outras crianças devam ser privadas dessas atividades que são importantes para seu desenvolvimento, muito pelo contrario, o educador precisa deixar claro que em cada atividade cada um vai participar da forma como puder, para que a crianças com necessidades especiais possam ter uma participação real que respeite suas

singularidades. Mas esse papel precisa ser planejado para que seja real e não somente uma forma de não a deixar “de lado”.

É importante que o educador converse com as crianças, e deixe claro, de maneira natural que as crianças com necessidades educativas especiais irão participar de tudo que for possível, e que não realizarão o que não podem, e dessa forma, a limitação, ao invés de ser negada, é respeitada e compreendida por todos. A escola é um espaço de afirmação da diferença e construção do respeito a elas, e não de negação que acaba por contribuir para a segregação.

A escola não pode ser um espaço de mentiras, pois na vida social não será assim, mas sim a escola pode mostrar que sempre é possível encontrar um espaço de participação efetivo e importante nas diversas esferas de trabalho e atividades da vida. E que todos podem contribuir com idéias e com ações para tornar uma atividade melhor e mais prazerosa.

A instituição escolar é também um dos principais canais para atingir a comunidade. A escola representa a forma como a comunidade está estruturada e repassa os valores da mesma, porém ao mesmo tempo é o local ideal para que se consigam grandes transformações ao longo dos tempos. E a escola para todos é uma esperança que se deposita num futuro com um índice de preconceito baixo ou até por que não dizer nulo por que ela reflete, discute, pondera, problematiza as diferenças.

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos e participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como a família ou a igreja tenham papel muito importante, é da escola a maior parcela. Isto torna a questão da integração do deficiente na escola uma questão decisiva não só como questão a curto prazo mas também no que se refere à organização das gerações futuras. (MANTOAN, 1997, p.14)

Como bem expressa Mantoan (1997, p.14), a escola representa dentro da comunidade um espaço que almeja a mudança, e a transmissão de valores necessários para o futuro.

Mas para que tudo que se almeja com a escola que respeite as diferenças seja alcançado é preciso lembrar que inclusão não significa colocar as crianças dentro da escola sem nenhum comprometimento por parte do município, da direção, da comunidade, dos professores, pois com isso o objetivo da inclusão não será alcançado

e o preconceito que deveria ser trabalhado para deixar de acontecer vai aumentar. É preciso se atentar se o que está ocorrendo não é apenas uma inserção do aluno especial em classes regulares, sem as devidas preocupações com sua real inclusão.

Este processo demanda tempo e dedicação, pois primeiramente as escolas precisam ter sua estrutura física adaptada para que as crianças com limitações físicas não se sintam acanhadas e desestimuladas ao ter que depender sempre de ajuda para se locomover de um ambiente a outro.

A escola está desafiada a ser um espaço da heterogeneidade para que deixe de ser um espaço de segregação e discriminação e dê lugar a uma escola para todos. Para isso não basta só a inserção do aluno na escola, é necessário que esta seja receptiva às suas necessidades. (MARTINS, 2006, p. 17-18).

O espaço é muito importante para a escola inclusiva. O objetivo é que todas as crianças possam ser autônomas sem depender de outras, mas sim interagir uma com as outras. Caso contrário, o preconceito pode aumentar, e a criança que depender de ajuda pode se sentir incomodada e prejudicar seu desenvolvimento e aprendizado.

As políticas públicas de educação precisam disponibilizar cursos para toda a comunidade escolar, para evitar os rótulos e preconceitos. Esses cursos devem incluir o entendimento de LIBRAS, de braille, e a contratação de intérpretes de LIBRAS e todo um ramo de atividades que precisam ser primeiramente entendidas pelos professores, para depois ser bem sucedidas ao serem trabalhadas com as crianças.

No âmbito do ensino superior, modifica-se o enfoque da formação inicial dos professores, destacando-se a regulamentação da Lei de Libras que normatiza a inserção gradativa da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e de fonoaudiologia. (DUTRA, 2006, p. 73).

É preciso ter uma preocupação com a formação inicial e contínua do professor para que saiba trabalhar com as diferenças, consiga adaptar um currículo elaborando atividades, brincadeiras e situações que promovam a interação entre todos. O professor é a peça chave da inclusão, pois, mesmo com todas as leis e estruturas, é dentro da sala que a real inclusão acontece, são durante as aulas que o respeito à diferença aparece, que os laços se formam e os valores são construídos e compreendidos. É o

professor que cria as oportunidades, que deixa seus alunos crescerem e se desenvolverem com autonomia.

A LDB no artigo 59, inciso III garante para educandos com necessidades educacionais especiais:

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LDB, 1996).

O professor que consegue realizar realmente um ensino inclusivo faz toda a diferença dentro da escola. Um professor que consegue entender as necessidades de seus alunos e a partir disto elege o que é importante para um currículo, ao invés de tentar enquadrar seus alunos em habilidades pré-definidas a serem alcançadas. E como defendido na lei, é importante que toda a comunidade escolar exija das autoridades professores capacitados para o ensino inclusivo.

Dessa forma, a inclusão só pode ser bem sucedida se for realizada dentro de uma política pública de educação voltada a todos e para todos, onde entender as diferenças e respeitá-las é fundamental para construir uma escola de qualidade onde todos os alunos são respeitados pelas suas diferenças.

Esse princípio inclui material específico que atenda as necessidades especiais das crianças como livros adaptados para crianças cegas, computadores, etc. O MEC/FNDE assumindo essa política de acessibilidade a materiais especiais garantiu a distribuição de livros em Braille para crianças cegas do ensino fundamental, de livros paradidáticos em formato digital para atender alunos com deficiência auditiva e distribuição de dicionários trilingue de português, inglês e Libras. (DUTRA, 2006, p. 74)

Iniciativas como estas precisam ser frequentes para garantir a qualidade e a permanência do aluno especial dentro da rede regular de ensino.

Para a inclusão verdadeira, toda a escola precisa ser inclusiva e não buscar uma solução especial determinada pela presença de um aluno, pois com isso estaria excluindo muitos outros alunos que não se enquadrassem nas soluções apresentadas pela escola. (OMOTE, 2004, p. 6).

Hoje, se valoriza o ensino diferenciado na escola a fim de atender as necessidades educativas particulares de cada educando, e não mais se defende um ensino igualitário, que obrigava as crianças com necessidades educacionais especiais a frequentarem instituições de ensino separadas.

A inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular [...] As escolas estão adotando medidas no sentido de resolver essa questão de modo a “reconhecer e valorizar as diferenças sem discriminar os alunos nem segregá-los. (MANTOAN, 2006, p. 16)

Diante disso, as escolas precisam compreender que a igualdade de educação é um direito social, mas todos devem ser respeitados nas suas singularidades.

A escola inclusiva proporciona aos alunos que apresentam deficiência: maior interação com seus colegas e maior desenvolvimento nas áreas social, lingüística, cognitiva, motora e acadêmica; condições para que, na vida adulta, sejam membros mais ativos da comunidade. Ao mesmo tempo, seus colegas terão mais oportunidades para crescer com uma visão mais realista e menos preconceituosa sobre a vida e sobre a diversidade humana. (MARTINS, 2006, p. 19).

E esse benefício que a escola inclusiva pode oferecer a todas as crianças é uma experiência singular que nenhuma escola especial pode oferecer: a oportunidade de mostrar que não são só as crianças com necessidades educacionais especiais que saem vitoriosas com o convívio na escola regular, mas sim todas as crianças crescem ao participar de um ambiente que constrói com elas a cada dia um sentimento de respeito à diversidade e a valorização das trocas de experiências que o convívio nas diferenças pode trazer.

E com esse princípio de respeito construído na base da educação, essas crianças estarão realmente preparadas para desconstruir o preconceito oferecido a elas nos meios sociais, mídia, escola, família, religião, comunidade todos os dias.

### Capítulo III –

#### **Educação infantil dentro da perspectiva da inclusão**

Dentro da perspectiva do fim do preconceito e do respeito às diferenças a educação infantil se destaca dentro do processo de inclusão.

Segundo o artigo 29 da LDB:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 1996)

Como já descreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a etapa da educação infantil tem sobre a criança a responsabilidade de seu desenvolvimento integral, e essencial para um melhor desempenho em toda a vida escolar.

A tempo que a educação infantil superou o aspecto apenas assistencialista do cuidar e agora é uma etapa que embora não seja obrigatória, é de extrema importância para o desenvolvimento da criança. Hoje se funde o cuidar e o educar, e nessa mistura, o aprendizado de valores se torna mais intenso.

Crianças que ingressaram no ensino fundamental, mas que já passaram pela educação infantil vem para a nova fase escolar mais preparadas, mais desenvolvidas e com menos problemas de adaptação e convívio quando comparadas as que iniciaram a vida escolar já no ensino fundamental. Talvez por isso a educação infantil seja tão importante para o sucesso da inclusão. O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil traz que creches e pré escolas são “a primeira etapa da educação básica com a missão de estabelecer os fundamentos sobre os quais se assentam os níveis seguintes de escolarização”. (2000, p. 6)

O Referencial ainda traz como princípios da escola infantil inclusiva: “Valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social”. (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 2000, p. 23).

Isso tudo porque a educação infantil é a base da educação formal, e reflete em que tipo de pessoas a escola pretende formar.

É nesta primeira fase escolar que acontecem grandes avanços nas crianças, elas se desenvolvem muito e tem grande aptidão para o aprendizado. É a fase das grandes descobertas, do desenvolvimento motor e é a base para toda a vida. E recentemente ela passou a fazer parte da educação básica, sendo, portanto um direito de todas as crianças. Para ser assegurada por lei a todas as crianças, já se percebe a tamanha importância para o desenvolvimento infantil.

Nesta fase, ainda não se percebe as limitações físicas específicas de algumas crianças, já que todas estão em desenvolvimento e este ocorre em um ritmo diferente de criança para criança, e todas precisam de apoio para desenvolver suas habilidades físicas e psíquicas, independentemente de apresentar alguma necessidade especial específica ou não.

Nesta fase de desenvolvimento o espaço é muito importante e para atender as singularidades de crianças especiais a escola precisa “adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com necessidades educacionais especiais conforme normas de acessibilidade”. (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 2000, p. 27).

Neste período dificilmente se encontra o preconceito já enraizado nas crianças. É claro que elas trazem os valores que são construídos em casa verbalmente e através do exemplo dos pais, mais ainda não estão maduras o suficiente para entender esses valores. Elas repetem o que os pais dizem, mas muitas vezes, não se comportam de acordo com essa fala, e buscam outros modelos e a escola é um espaço importante ao oferecer a elas novos exemplos, novos valores e novos modelos.

Esse é um grande motivo pelo qual a inclusão se dá de forma mais tranqüila nesta fase. As crianças brincam todas juntas, criam laços de amizade que não são baseados em diferenças físicas, religiosas, de gênero, de classe social e isso pode proporcionar a base para que não apresentem comportamentos preconceituosos

quando forem adultos, pois estarão aprendendo a respeitar as diferenças e olhar o outro como um cidadão com direitos, deveres e como alguém que tem muito a oferecer à sociedade

Nessa fase a criança está construindo com a ajuda do adulto o aprendizado de como deve se comportar e agir com o outro, mais do que obedecer a regras de convívio social, é importante que a criança entenda o porquê está agindo dessa forma. A moralidade na criança é construída através de sua interação com o meio, e é representada em como um indivíduo age diante dos acontecimentos de seu dia a dia. Segundo Vinha, (2000, p. 98) “O juízo moral desenvolve-se na medida em que as pessoas se confrontam com os problemas sociais e experienciam conflitos morais”.

As crianças das instituições de ensino infantil começam a receber estímulos e informações que auxiliam na construção de sua moralidade, ou seja, da forma como irá agir diante dos acontecimentos. Se o juízo moral se desenvolve nos conflitos do dia a dia, isso quer dizer que o convívio com a diferença é importante para que se elabore um juízo moral sobre o respeito às singularidades.

Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil a instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas. (1998, p. 11).

A educação infantil contempla a idade de zero a cinco anos (mudança de faixa etária, resultado de recente lei acerca da escolarização fundamental de nove anos) e nessa faixa etária, acontecem grandes desenvolvimentos como a fala, a locomoção, a descoberta do mundo ao redor, das pessoas, de si mesmo, da amizade, etc. Por esse motivo é muito importante que a inclusão já aconteça na base do aprendizado, quando as crianças estão iniciando seu processo de abertura de olhar para a comunidade e posteriormente para a sociedade.

Neste período as crianças estão em desenvolvimento, e pode ocorrer um grande incentivo para a criança especial que pode se desenvolver junto com as demais, sempre respeitando a diferença/marca que cada um traz.

O mais importante é que todas estarão convivendo juntas, o que significa aprendizado mútuo e o preconceito nestas turmas podem ocorrer, mas a professora poderá mediar outros olhares e outras possibilidades de entender e respeitar o outro.

Na educação infantil são usadas brincadeiras para o aprendizado e isso aproxima as crianças. As brincadeiras possibilitam a apreensão da realidade, favorece a auto-estima e propicia a interiorização de valores, dentre eles o respeito às diferenças. Cabe ao educador proporcionar atividades que mesmo com ajuda possa ser realizada por todos, ou encontrar meios para a participação de todos, mesmo que de forma diferenciada. Cabe ao professor também, explorar nas brincadeiras a construção de valores essenciais ao convívio na diversidade.

O professor precisa tratar o assunto, conversando abertamente, problematizando, inquietando as crianças, para que elas possam ter um espaço de discussão sobre as diferenças, afinal, o ato educativo é um processo intencional e a intervenção do professor é essencial no alcance dos objetivos.

A criança com necessidades educativas especiais não precisa e nem quer ser tratada como incapaz ou com mais “mimo” do que as outras, mas pelo contrario merece ter um tratamento como os demais, respeitando suas peculiaridades.

Aliás, o respeito que está sendo construído nesta fase é essencial para o convívio harmonioso. As crianças na educação infantil aprendem regras de convivência para o grupo em geral e não somente com relação às crianças com necessidades educacionais especiais e por esse motivo o aprendizado do respeito às diferenças nesta fase surte mais efeito ao fazer parte de um grande aprendizado de valores.

Queremos, na verdade, que ela vá se conscientizando sobre a necessidade de existir determinadas normas nas relações entre as pessoas; queremos que ela acredite realmente, ou melhor, que esteja pessoalmente convicta da importância de seguir certos valores morais, como o respeito por si e pelos outros. (VINHA, 2000, p. 39).

O respeito por si e pelos outros inclui o respeito às diferenças e peculiaridades de todas as pessoas, e esse aprendizado que faz parte da realidade da educação infantil é um aliado muito forte no ensino inclusivo.

A reação e ação do educador é essencial, principalmente nesta fase em que as crianças aprendem muito mais pelo modelo, do que por ensinamentos verbais. O professor é um grande influenciador de seus comportamentos. A criança nesta fase se

importa muito com a opinião de seu educador e tem medo, mesmo que internamente de perder o seu afeto.

O ideal para o sucesso da inclusão é que vários setores trabalhem em conjunto. Para auxiliar no desenvolvimento das crianças e para trabalhar em conjunto com o educador o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil sugere um programa de atendimento e apoio especializado que consiste em

Um conjunto de recursos e ações educativas destinado à promoção do desenvolvimento integral e ao apoio ao processo de inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais, em interface com a área de saúde e de assistência social. (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 2000, p. 29)

Isso quer dizer que o educador não deve estar sozinho na tarefa da inclusão, para promover realmente o respeito as diferenças e o pleno desenvolvimento das crianças a escola poderia contar com essa equipe de apoio formada por professores especializados em educação especial, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e equipe médica, sempre que necessário para garantir a qualidade e permanência das crianças na rede regular de ensino.

Pensando por esse lado, o objetivo desse programa seria:

Promover o desenvolvimento das potencialidades da criação do que se refere aos seus aspectos físicos, psico-afetivos, cognitivos, sociais e culturais, priorizando o processo de interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas. (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 2000, p. 29).

Vale lembrar também, que a educação infantil tem a responsabilidade de trabalhar com uma auto imagem e auto estima positiva nas crianças, e essa questão é mais uma aliada para construir indivíduos sem preconceito consigo e com os outros. Para as crianças com necessidades educativas especiais significa trabalhar já na base do desenvolvimento um auto respeito as suas singularidades, sem significar que sejam inferiores aos demais. Também está sendo construída na criança a sua identidade e a sua autonomia e o Referencial Curricular trata desse assunto abordando a importância da socialização para essa construção:

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias. (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 1998, p. 11).

Nota-se que o Referencial coloca a importância do convívio na diversidade, englobando aqui todas elas como diferença de gênero, raça, etnia, cultura, classe social, e não só de pessoas com necessidades especiais, para o enriquecimento de si próprias. Mais uma vez, deve-se frisar a importância da inclusão para o amadurecimento e crescimento não só das crianças inclusas, mas de toda a instituição escolar e da comunidade em que está inserida.

A educação infantil deve ser vista como essencial para o processo de construção da inclusão dentro da escola e mudança de olhar do outro e respeito a suas peculiaridades.

## Capítulo IV

### **A inclusão e a sociedade**

A escola é responsável por mediar os conhecimentos acumulados historicamente e também o modo de vida da comunidade em que está inserida, seu modo de pensar, suas tradições culturais, medos, anseios, etc., às crianças.

Na sociedade urbana e industrializada, a escola tem uma função social, na medida em que compartilha com as famílias a educação das crianças; uma função política, no que diz respeito à contribuição para a formação de cidadãos; e uma função pedagógica, pois é o local privilegiado para a transmissão-construção de um conjunto de conhecimentos relevantes e formas de operar intelectualmente, segundo padrões deste contexto social e cultural. (REGO, 1998, p. 50-51).

Sendo assim, a escola assume junto a sociedade um papel de extrema importância, ao dividir com a família responsabilidades que antes não era atribuída à educação escolar. Hoje, com a sociedade capitalista vigente, as dificuldades financeiras de grande parcela da população e o grande abismo econômico existente entre os ricos e pobres, assistimos a uma mudança no comportamento das famílias.

Os pais precisam sair para trabalhar e a escola assume uma grande responsabilidade na formação das crianças, tanto na educação quanto na construção de cidadãos, no pensamento crítico e no tipo de pessoas que estará assumindo os postos de trabalho, os papéis políticos e os vários espaços da sociedade do futuro.

Dessa forma, a escola assume um papel singular ao semear na comunidade a transformação social. É uma instituição que tem o poder de atingir a sociedade e em longo prazo ajudar a gerar mudanças.

A inclusão passa por esse caminho, uma vez que a sociedade vem se transformando com leis que pensam em todos os indivíduos, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais. As instituições que controlam as leis prevêm punições para qualquer tipo de preconceito, com a inserção desse assunto na mídia e com grupos que se empenham em defender a igualdade de tratamento entre as pessoas. Esse, sem dúvida é a razão mais importante do ensino inclusivo, proporcionar a todas as comunidades o valor social, político e educacional do respeito às diferenças.

A escola inclusiva – para todos - ensina as crianças que apesar das diferenças todas as pessoas têm direitos iguais, e com isso deixa no passado a segregação ao defender que as diferenças são facilmente respeitadas, uma vez trabalhadas, discutidas, refletidas, pensadas e significadas no cotidiano dos alunos, e esse valor que é construído na escola resulta em paz social e cooperação. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 26 - 27).

Porém, embora todos esses acontecimentos permeiem o dia-a-dia dos espaços coletivos, a falta de conhecimento e de contato com o diferente causa o não respeito, o não entendimento e contribui para construção do preconceito.

A inclusão para essa sociedade pós-moderna ainda é algo muito recente, um processo que precisa ser aprendido e respeitado. Durante décadas as pessoas com necessidades especiais estiveram separadas dos demais indivíduos, e essa falta de convívio, contribuiu para que se formasse no imaginário, e nas ações da população o descaso, o medo, a insegurança, a indiferença e o preconceito.

Para Kruppa a verdadeira cidadania significa:

Ressignificar formas e conteúdos, tempos e espaços de ações, permanentemente, em que o “eu” e o “outro” possam se fundir em um “nós” de direitos iguais, em que as diferenças de cada um possam ser respeitadas sem que isso signifique desigualdades. (KRUPPA, 2001, p.18)

A sociedade brasileira ainda não vive uma verdadeira cidadania, onde a maior preocupação é o bem comum e não o individual. Numa comunidade como essa pessoas com necessidades educacionais especiais facilmente são deixadas de lado e o não investimento nelas acaba por segregar muitos cidadãos que por direito deveriam ter as mesmas oportunidades dos demais. Quantos brasileiros, por exemplo, deixam de

praticar a leitura, por não encontrarem disponíveis livros adequados para pessoas com singularidades físicas? Quantos precisam fazer suas leitura de mundo através de outras pessoas por não terem as condições básicas para fazê-lo com independência? Considerando aqui leitura como mais que a capacidade de ler e escrever e sim como a capacidade de resignificar a própria leitura de mundo, de transferir essa leitura para a multiplicidade de suas ações.

A sociedade ainda é muito fechada para entender as necessidades especiais de seus cidadãos e ainda está muito acomodada. A inclusão precisa acontecer na sociedade também, para que não aconteça a exclusão das pessoas especiais por falta de estrutura, não só a carência de informação causada pela seletividade de ofertas de livros, gibis, folhetos adaptados para serem lidos com autonomia por todos, mas também a falta de rampas, de transporte apropriado, de oferta de saúde e lazer que garanta o cumprimento de direitos essenciais a todos os cidadãos,

Nesse contexto, a escola ao se modificar para respeitar as diferenças é peça chave de transformação social, porém ela precisa ainda se afirmar como uma verdadeira escola inclusiva para assim atingir a comunidade. A Declaração de Salamanca, já em 1994, defendia a participação da comunidade na vida escolar por meio de associações de bairro, clubes, voluntários para que isso fosse um elo entre escola e comunidade. (1994, p. 44).

Os pais, por não estarem preparados e não receberem informações e formação estão equivocados para o ensino inclusivo. Tanto os pais de crianças ditas normais como também os de crianças com necessidades educacionais especiais.

O medo de colocar o filho que necessita de um olhar marcadamente diferenciado na escola regular ainda é muito grande. O receio de que um filho seja discriminado ou não tenha elementos, para o desenvolvimento do seu potencial criam uma barreira que a inclusão precisa ajudar a desconstruir.

Um pouco desse receio é culpa da própria escola que durante tanto tempo - e ainda muitas insistem em manter – foi uma escola com um ensino extremamente tradicional, que era e é estruturada para atender alunos homogêneos, onde todos os alunos aprendem no mesmo ritmo com o mesmo modo de ensino, mesmo sabendo que isso é impossível.

Não é difícil entender porque muitas famílias ainda tem receio de colocar seus filhos com necessidades especiais em escolas regulares, já que com esse ensino tradicional dificilmente estes alunos, conseguiriam elementos para se desenvolver na rede escolar. A escola, urgentemente, precisa rever atitudes de homogeneização da forma de aprender para transpor barreiras para o ensino com respeito às diferenças. É preciso que a escola incorpore todas as crianças, sob “a ótica de adequação da escola a elas e não das crianças “diferentes” à escola, reconhecendo a existência das mais variadas diferenças”. (KRUPPA, 2001, p. 26).

A escola inclusiva, precisa passar segurança para as famílias e sempre que possível integra-las nas tomadas de decisão, principalmente as famílias de crianças com necessidades educacionais especiais, que ao viver o respeito às diferenças podem contribuir para a verdadeira escola inclusiva. A Declaração de Salamanca traz em seus princípios um esboço da importância da participação dos pais, que precisa ser amadurecida para se tornar um benefício efetivo para a escola.

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola [...] e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 43).

Pensar a inclusão dentro da escola é um meio de atingir essa sociedade ainda muito preconceituosa e colocar a tona questões escondidas, tabus construídos, e desta forma, entende-los, desconstruí-los e supera-los. A escola inclusiva ao mostrar o quanto funciona calcada em princípios de respeito às singularidades de cada aluno, serve também para educar a comunidade, que não acredita que alunos com alguma dificuldade, possam fazer parte efetivamente das escolas regulares e ser bem sucedido nessa experiência, construindo elementos para se tornarem pessoas autônomas e críticas.

A escola é para a criança um dos lugares mais singulares para o convívio social. É nela que elas passam a maior parte do dia e que aprendem regras sociais de convivência e experimentam as frustrações, medos, alegrias e tudo o mais que o

convívio social oferece. É na escola que a criança se afirma como cidadão que o é desde o nascimento, portanto é um sujeito de direitos e deveres também.

É na escola que a mediação organizada pelo adulto vem à tona e aparece, pois entre tantas crianças que vem de famílias distintas, as divergências aparecem. É no espaço escolar que as crianças têm a oportunidade de um aprendizado para o coletivo, de um convívio com crianças de outras famílias, e dessa forma precisam lidar com as frustrações, com a divisão de espaços, de brinquedos. As crianças convivem com valores que precisam ser postos em prática para um convívio harmonioso.

O convívio de todos na escola é um grande aprendizado para a vida em comunidade.

Nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com ou sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem – como é próprio das escolas especiais” (MANTOAN, 2006, p.27).

A escola tem o papel de mediar uma leitura de mundo mais crítica, autônoma e menos preconceituosa contribuindo assim, para a formação de cidadãos mais atuantes na comunidade.

Como Constituição Brasileira garante por lei, os direitos iguais a todas as pessoas, parece uma incoerência “confinar” alguns em escolas separadas, privando a todos de problematizações, questionamentos, pontuações, em grupo de assuntos importantes tais como a cooperação, o não preconceito, a violência, a inclusão, a integração, a ética e o comprometimento com o outro.

Isso é um desafio para a escola regular. A escola precisa romper com o modelo tradicional para atender as necessidades educativas de cada aluno e realmente construir uma escola inclusiva de qualidade. Para ocorrer de fato a inclusão a escola precisa repensar o valor de igualdade dando a este um viés de respeito à diversidade e à diferença.

A inclusão possibilita repensar a cultura escolar estruturada a partir da organização do ensino regular para pessoas consideradas “normais” e um ensino especial para pessoas com deficiência, que fez persistir, por muitos anos, a idéia de que os alunos com necessidades educacionais especiais não

tem lugar na escola de ensino regular, ou que devem se preparar para estar nela. (DUTRA, 2006, p. 73).

Inclusão não significa apenas matricular alunos com alguma deficiência na rede comum escolar, mas pode ir muito além ao enxergar a escola e a classe comum como “espaço de escolarização de todos” (MANTOAN, 2006, p.34). Para que isso ocorra é necessário focar constantemente a qualidade do ensino e do espaço escolar para que a inclusão não desempenhe papel contrário ao seu, desencadeando e corroborando para o preconceito. E a escola precisa perceber que precisa se modificar e melhorar para ser inclusiva. Não é o aluno que precisa se adequar a escola e sim a instituição de ensino é que tem a função de oferecer educação para todos.

Inclusão é diferente de integração, uma vez que esta última visa integrar a criança para que tente se adaptar ao máximo possível com o modelo exigido pela sociedade. Para isso a escola não precisa se aperfeiçoar e sim o aluno é que deve se adaptar a escola.

Já o objetivo da inclusão escolar é “tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem”. (MANTOAN, 2006, p. 40)

Dessa forma, as singularidades dos alunos são encaradas como uma informação sobre eles que não deve ser desprezada nos planejamentos. O que é preciso é identificar alternativas para sua autonomia observando suas possibilidades, visando à formação de um indivíduo que por lei possui os mesmos direitos dos demais alunos.

A educação inclusiva passa a estabelecer um novo olhar sobre as diferenças, ao contrário da concepção de práticas educacionais segregadoras anteriormente vistas no país. Pessoas com necessidades educacionais especiais deixam de ser vistos como incapazes e passa a ser dado valor para as potencialidades de cada um. (DUTRA, 2006, p. 73).

Para a sociedade em geral, pode ser um pouco difícil aceitar a inclusão, pois é historicamente recente, mas para alcançarmos realmente a igualdade de direitos e oportunidades e o respeito às diferenças, a inclusão escolar precisa ser vista como um avanço muito importante.

Na verdade, resiste-se a inclusão escolar por que ela nos faz lembrar que temos uma dívida enorme a saldar em relação aos alunos que excluimos pelos motivos mais banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógico-escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de eficiência arbitrariamente definida. (MANTOAN, 2006, p.26).

A sociedade capitalista ainda é muito focada na produção, eficiência, e rapidez que acaba por ser cruel com os todas as pessoas que cada vez mais precisam se enquadrar nessas exigências. Para uma pessoa com necessidades especiais conseguir um bom espaço no mercado de trabalho parece algo extremamente complicado, e talvez por esse motivo tenham sido por tantos anos, afastadas do convívio social.

Quando as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos quando eles se tornam adultos, o que resulta em maior conflito social e em uma competição desumana. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 27).

A inclusão vem na contramão deste processo, pois pode proporcionar uma visão diferente do ser humano, um aprendizado geral de que cada pessoa tem muito a oferecer. Pode ser que demore muitas décadas, mas esse empenho nesse novo modelo de escola pode gerar frutos bem mais para frente, na formação de uma sociedade mais justa e que invista no respeito às diferenças. Para Dutra (2006, p. 69) o conceito de sociedade inclusiva é “aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos”.

Este conceito é importante para a construção de uma sociedade sem preconceitos e que inclua a todos: o conceito de cidadania que faz parte do alicerce da inclusão educacional, uma vez que essa pode corroborar para construção de cidadãos conscientes e livres de preconceitos, ao proporcionar a estes o aprendizado do respeito às diferenças. E é uma esperança num futuro em que não só a escola seja inclusiva, mas toda a sociedade.

## **Considerações finais**

A escola para todos com certeza faz parte do desejo da maioria dos cidadãos críticos e atuantes na comunidade, que querem uma sociedade baseada na igualdade, direitos e respeito a todas as diferenças. Ela pode ser construída, por que além do desejo, é defendida por leis, por políticas públicas, por pesquisadores, professores, pais, alunos e comunidade.

A escola inclusiva é um direito alcançado por décadas de sofrimento de crianças com necessidades educacionais especiais segregadas em ambientes separados por uma sociedade preconceituosa.

É preciso admitir que ainda estamos longe de uma verdadeira escola, uma escola que respeite a diversidade e que acolha cada aluno em suas singularidades, com a construção do respeito e o fim do preconceito e dos rótulos. Mas não é possível negar que a inclusão é o caminho certo para a verdadeira cidadania.

A cidadania do nós e não do eu! Uma cidadania que respeite o coletivo, a diversidade e que mais que isso, debruce sobre a diversidade um olhar de respeito e de confiança.

Mesmo que a escola ainda não seja a ideal, é importante que pesquisadores, assim como todas a população continue a lutar para que a escola almejada na conferências de Salamanca (1994) realmente faça parte de nossa realidade.

É importante que continuemos a construir dia a dia, uma educação que possa oferecer a todos os seus objetivos, que a população colha os frutos de uma educação transformadora, que seja estendida para todas as crianças, independente de suas singularidades, de sua classe social, etnia, cultura, etc. Uma educação que respeite o ser humano em toda sua plenitude.

Embora caminhando em passos lentos, as políticas públicas brasileiras garantem o ensino inclusivo, que é um grande avanço para todos nós, que colhemos os frutos da construção de uma sociedade mais digna, mais humana, que não apenas tolere e

aceite as diferenças, mas que debruce sobre elas um olhar de respeito e de igualdade de direitos.

Seguindo nesse caminho, com certeza no futuro colheremos os frutos que começamos a semear com pessoas que não tratem outras como inferiores ou incapazes e com a verdadeira inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais não só na escola, mas na vida em sociedade.

## Bibliografia

AMARAL, L. A. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação.** In: AQUINO, J. G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998

BRASIL: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.** In Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). Gestão, Financiamento e Direito à Educação: Análise da LDB e da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2002

BRASIL: MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Formação Pessoal e Social.** Vol. 2: Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>>. Acesso em: 20/04/2009

BRASIL: MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações Para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais:** Brasília, 2000. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf\\_esp\\_ref.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf_esp_ref.pdf)>. Acesso em: 21/04/2009

**Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994

DUTRA, Cláudia Pereira. **Políticas públicas de inclusão e o papel da educação especial.** In: MANZINI, Eduardo José (org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: Abpee, 2006

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula.** In: AQUINO, J. G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **As linguagens da cidadania.** In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (Orgs.). Educação Especial: Múltiplas Leituras e Diferentes Significados. Campinas: Mercado de Letras, 2001

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Formação de professores numa perspectiva inclusiva: algumas constatações.** In: MANZINI Eduardo José (org.). Inclusão e Acessibilidade. Marília: Abpee, 2006

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer?.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: SENAC, 1997

OMOTE, Sadao. **Inclusão: da intenção à realidade.** In: OMOTE, Sadao (org.). Inclusão: Intenção e Realidade. Marília: Fundepe, 2004

REGO, Teresa Cristina R. **Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais.** In: AQUINO, J. G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998

STAINBACK, Susan, STAINBACK Willian. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a Moralidade Infantil: uma visão construtivista.** Campinas: Mercado de Letras, 2000.

---

Ticiana Carla Henrique

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Rossi